



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Inscrição Municipal Nº:8130

Nº : 159

Contribuinte

72305 - TRANSALVA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA

Natureza Jurídica

Pessoa Jurídica - CNPJ Nº13.501.974/0001-09

Data de Validade

31/03/2026

Atividade(s)

- 8621601 UTI móvel
4923002 Serviço de transporte de passageiros locação de automóveis com motorista
8650001 Atividades de enfermagem
8011101 Atividades de vigilância e segurança privada
8111700 Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

Endereço

Avenida CASTELO BRANCO,400 - IGRA SUL Torres - RS

Observações

Renovação de alvará - Protocolo nº 3843/2025

AO CONTRIBUINTE IDENTIFICADO NESTE DOCUMENTO INSCRITO NO CADASTRO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, É CONCEDIDO ESTE ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ENQUANTO SATISFAZER AS EXIGÊNCIAS DOS CÓDIGOS DO MUNICÍPIO DE POSTURAS E TRIBUTÁRIO, E ENQUANTO VIGENTES AS LICENÇAS: AMBIENTAL, VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ALVARÁ DO CORPO DE BOMBEIROS.

Resolução COMMAM 001/2021

Este empreendimento deve executar a gestão de resíduos, contemplando o correto acondicionamento e destinação conforme descrito abaixo:

- I - RESÍDUOS ORGÂNICOS/RESTOS DE COMIDA destino coleta comum ou compostagem;
II - RESÍDUOS RECICLÁVEIS (Alumínio; Plástico; Vidro; Papel e Similares): destino priorizar a coleta seletiva sempre que houver;
III - RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE COLETA ESPECÍFICA (Óleo de cozinha; Pneu; Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; eletrodomésticos e seus componentes, entre outro): destino empresa especializada;
IV - RESÍDUOS PERIGOSOS: Lâmpadas; Pilhas; Baterias; Embalagens de agrotóxicos, entre outros: destino logística reversa (devolver ao fabricante).

Em caso de descumprimento encaminhar denúncia para:
gerfiscalizacao@torres.rs.gov.br - (51) 3626 9150 ramal 223

Alterações neste Alvará de Licença, inclusive o encerramento das atividades, deverão ser comunicadas à Fiscalização Municipal, no prazo de até 30 dias, sob pena de infração.
Este alvará deverá ser fixado em lugar visível ao público e renovado anualmente.

Sadi Raupp Raulino
Diretor de Tributação Interino
Portaria 062/2025

Felipe Dutra Fogaça Valim
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria 002/2025